



JORNAL DA

# ASSIBGE | SN

Número 63 | Dezembro/2022 - Janeiro/2023 | [www.assibge.org.br](http://www.assibge.org.br)



# CENSO: AS CONSEQUÊNCIAS DA POLÍTICA DE DESMONTE DO IBGE

Um quarto da população brasileira (cerca de 50 milhões de pessoas), ainda não foi contabilizada pelo Censo 2022. Trata-se de um imenso atraso na operação, tanto em relação ao seu planejamento (era esperado que o Censo terminasse até o final de Outubro) quanto se comparado ao recenseamento de 2010, que no mês de novembro já divulgava resultados substanciais.

O atraso verifica-se, ainda que

em diferentes graus, em todas as unidades da federação, atestando a existência de um problema sistêmico. Nesse momento já é possível vislumbrar que o recenseamento só poderá ser concluído com o prosseguimento da coleta nos primeiros meses de 2023.

Essa situação não é de modo algum uma surpresa. As dificuldades do Censo revelam o processo de desmonte do IBGE, há muito apontado pela ASSIBGE. Mais especificamente, já em

2019 a ASSIBGE alertava que o corte orçamentário do Censo e a alteração de seu projeto técnico – determinados pelo Ministro Paulo Guedes e acatados pela direção por ele nomeada no IBGE – traziam sérios riscos à operação censitária.

Nesse momento os trabalhadores do IBGE, efetivos e temporários, se encontram em campo buscando concluir a operação da melhor forma possível. Já é possível, porém, fazer um balanço preliminar do Censo

2022. Nesse documento, buscamos apontar as principais razões para a situação vivenciada pelo Censo Demográfico.

**AVALIAÇÃO DA EXECUTIVA NACIONAL | CENSO 2022 - Atrasos e impactos - Páginas 2 e 3**



**Filie-se ao sindicato. Não há saídas individuais para problemas coletivos!**

• NESTA EDIÇÃO •

**ENTREVISTA** | A defasagem salarial no Funcionalismo

PÁGINA 4

**ARTIGO** | A importância dos dados Geoestatísticos para a reconstrução do Brasil

PÁGINA 6

**ARTIGO** | Virando a Chave: por uma transformação progressista e progressiva do Estado brasileiro

PÁGINA 7

**CAUSOS** | Por Mário de Oliveira

PÁGINA 8

**ASSIBGE-SN**

**NAS REDES**

**SOCIAIS**



Visite o nosso site: [www.assibge.org.br](http://www.assibge.org.br).  
Lá você encontra notícias e informações de interesse da categoria como: nossos jornais, prestação de contas e ações do jurídico.



Acompanhe e curta a ASSIBGE-SN no Facebook:  
**Assibge/SN - Sindicato nacional dos trabalhadores do IBGE/Facebook**

# Censo 2022 - ATRASOS E IMPACTOS

Nesse documento, buscamos apontar as principais razões para a situação vivenciada pelo Censo Demográfico.

## 1) Corte no orçamento:

Inicialmente previsto para realização em 2020 com orçamento de R\$3,1 Bilhões naquele ano (valor que atualizado pela inflação equivaleria a R\$3,7 Bilhões em 2022), o censo teve seu orçamento cortado para R\$2,3 Bilhões. Para comparação, em 2010 a população brasileira era 10% menor do que a atual, mas ainda assim o orçamento do Censo de 2010, atualizado pela inflação, equivaleria a R\$3,4 Bilhões em 2022.

A desidratação do orçamento implicou na compactação de toda estrutura do Censo: redução das equipes, diminuição na divulgação, corte no número de equipamentos e combustível, e finalmente, redução nos valores pagos aos recenseadores e supervisores.

## 2) Falta de servidores efetivos:

Enquanto na operação censitária de 2010 o IBGE contava com 7 mil funcionários efetivos, no momento o instituto conta com pouco mais de 4 mil. O quadro reduzido resultou em uma série de gargalos na área técnica, administrativa e de informática, o órgão precisou contratar pessoal temporário para áreas que claramente necessitam de servidores efetivos.

O último concurso do IBGE foi realizado em 2016 e hoje os trabalhadores temporários (mesmo excluindo o pessoal contratado para o Censo Demográfico) são 60% da

força de trabalho do IBGE, atuando em pesquisas contínuas e realizando atividades de supervisores. Atualmente, 80% das agências do IBGE contam apenas com 3 ou menos servidores efetivos e 20% delas contam com apenas um servidor.

## 3) Constantes adaptações e mudanças de rumo:

Após o corte orçamentário, a então presidente do IBGE, Susana Guerra, passou a implementar mudanças no projeto técnico do Censo recorrendo a gambiarras e improvisos para se adequar ao novo orçamento. Por conta disso, o Censo foi a campo sem que se tivesse testado adequadamente parte do questionário, sistemas de informática, métodos de divulgação, o trabalho de supervisão, entre outras coisas. No bojo dessas alterações, Susana Guerra exonerou os diretores de pesquisa e de informática do IBGE, substituindo o primeiro por uma pessoa externa à instituição.

Já durante a operação, constatado o atraso na coleta, a direção do IBGE recorreu a medidas não planejadas, como deslocamento de pessoal das pesquisas regulares, mudanças de taxas de valor dos setores, mudanças no fluxo de pagamento dos recenseadores, redução no treinamento, alterações no plano de supervisão, entre outras. Por um lado, essas mudanças atestam os erros de planejamento anteriores. Por outro, são incapazes de contornar os problemas estruturais encontrados.

## 4) Atrasos nos pagamentos:

Já nos primeiros dias da operação de coleta, o IBGE enfrentou atrasos no processamento dos pagamentos, – primeiro das ajudas de custos do

treinamento, depois de auxílios locomoções e pagamento por produção.

Provocados por falta de pessoal nas áreas de informática e RH, bem como pela utilização de um sistema que não havia sido testado, os atrasos nos pagamentos tiveram grande repercussão na imprensa e redes sociais. Embora os problemas tenham reduzido, alguns casos de atraso persistem até hoje.

## 5) Adiamentos sucessivos da operação:

No ano de 2020 a operação foi cancelada por conta da pandemia. Em 2021, o Censo foi adiado novamente por conta do corte de 95% das verbas no projeto de lei orçamentária. Esses dois adiamentos causaram o cancelamento dos processos seletivos de recenseadores e supervisores.

Os processos cancelados, tanto de 2020 e 2021, foram marcados por problemas na devolução das taxas de inscrição e comunicação inábil do RH do IBGE com os inscritos, o que reduziu o número de inscritos no processo seletivo de 2022 e fez com que muitos recenseadores já entrassem carregados de desconfiança em relação ao IBGE.

## 6) Incerteza sobre a realização do Censo:

O Governo Bolsonaro deixou claro desde o início do mandato que produzir estatísticas oficiais para monitorar políticas públicas não era uma prioridade para o seu governo. Esse desprezo ficou

## ASSIBGE em defesa do CENSO retrospectiva

### Ações desenvolvidas pelo sindicato

Mobilização da base de trabalhadores	Atos realizados nas Unidades Estaduais e em frente à Sede do IBGE no Rio de Janeiro. Assembleias tendo como ponto de pauta o censo e seus desdobramentos
Diálogo com a Presidência do IBGE	Realização de reuniões e envios de ofícios manifestando preocupação com os cortes e apontando possíveis problemas técnicos.
Atividades parlamentares	Contratação de Escritório de Assessoria Parlamentar. Diálogo com parlamentares da base de apoio e oposição ao governo. Visita aos gabinetes. Realização de Audiências Públicas. Articulação junto aos parlamentares para inclusão de emendas que garantissem orçamento e integridade metodológica.
Publicização dos efeitos do corte do censo	Participação em entrevistas e envio de material para imprensa. Publicação de carta e documentos sobre a importância do Censo direcionada à população, parlamentares, associações e imprensa. Participação em seminários e eventos em Universidade e em conjunto com pesquisadores. Publicação de Livro sobre experiências latinas malsucedidas com censo que decorreram de falta de planejamento, orçamento e diferentes intervenções. Publicação de vídeos e participação em lives.
Denúncias junto aos Órgãos de Controle	Solicitação de Ingresso como Amicus Curiae, para explicar a necessidade de verba ainda para 2021 e garantir a manutenção do projeto do censo em ação movida pelo Estado do Maranhão junto ao STF. Denúncia da ASSIBGE SN e de uma representação feita no MPU. Tribunal de Contas da União cobra providências do IBGE sobre irregularidades no Censo 2020 mediante.
Diálogo com movimentos sociais e organizações da sociedade civil	Publicação de carta de apoio emitida pela Associação Brasileira de Municípios (ABM). Reunião com o Presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM). Participação de manifestação com o movimento organizado pela moradia.

### Detalhamento

Atos realizados nas Unidades Estaduais e em frente à Sede do IBGE no Rio de Janeiro. Assembleias tendo como ponto de pauta o censo e seus desdobramentos

Realização de reuniões e envios de ofícios manifestando preocupação com os cortes e apontando possíveis problemas técnicos.

Contratação de Escritório de Assessoria Parlamentar. Diálogo com parlamentares da base de apoio e oposição ao governo. Visita aos gabinetes. Realização de Audiências Públicas. Articulação junto aos parlamentares para inclusão de emendas que garantissem orçamento e integridade metodológica.

Participação em entrevistas e envio de material para imprensa. Publicação de carta e documentos sobre a importância do Censo direcionada à população, parlamentares, associações e imprensa. Participação em seminários e eventos em Universidade e em conjunto com pesquisadores. Publicação de Livro sobre experiências latinas malsucedidas com censo que decorreram de falta de planejamento, orçamento e diferentes intervenções. Publicação de vídeos e participação em lives.

Solicitação de Ingresso como Amicus Curiae, para explicar a necessidade de verba ainda para 2021 e garantir a manutenção do projeto do censo em ação movida pelo Estado do Maranhão junto ao STF. Denúncia da ASSIBGE SN e de uma representação feita no MPU. Tribunal de Contas da União cobra providências do IBGE sobre irregularidades no Censo 2020 mediante.

Publicação de carta de apoio emitida pela Associação Brasileira de Municípios (ABM). Reunião com o Presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM). Participação de manifestação com o movimento organizado pela moradia.

[Clique aqui e confira todo o histórico das iniciativas da ASSIBGE – Sindicato Nacional em defesa do CENSO.](#)



para o seu governo. Esse desprezo ficou evidente nas reiteradas falas negativas do Presidente da República sobre os resultados das pesquisas do IBGE; nos ataques de Paulo Guedes aos Servidores e ao Serviço Público e na captura do orçamento do Censo em 2021.

## 7) Ambiente hostil para realização de pesquisas:

O Presidente Bolsonaro criticou, ao longo do seu mandato, as estatísticas do IBGE e sempre manteve sob suspeita, em seus discursos e práticas, a ciência, seja negando a eficácia da vacina ou através do sucateamento dos órgãos de ciência e tecnologia.

O Ministro Paulo Guedes ofendeu em diversas oportunidades servidores públicos chamando-os de parasitas ou responsabilizando-os pela precarização do atendimento ao cidadão. Essas atitudes causaram desconfiança e insegurança na população.

Além desses fatores, a violência urbana e a falta de divulgação do Censo contribuíram para o aumento no número de recusas e violências contra recenseadores. Esses fatores tornaram os ataques aos recenseadores cada vez mais frequentes e contribuíram para o aumento das desistências.



### Conclusão:

Além do atraso na coleta, os processos descritos acima podem ter outros impactos, cuja análise ainda não pode ser feita. De forma mais imediata, é preciso alertar que o simples prolongamento da coleta traz riscos à qualidade da informação, na medida em que as entrevistas se distanciam da data de referência do censo (31 de julho).

O Censo é o mais importante produto do IBGE e tem papel estruturante para o Instituto, ele é quem serve para determinar a amostra de diversas pesquisas, tanto do IBGE como de outras instituições. Como momento de maior visibilidade do órgão, o bom andamento do Censo é essencial para a imagem do IBGE perante a sociedade.

Nesse momento em que o Brasil entra em fase de reconstrução política, social e econômica, o atraso do Censo demonstra a impossibilidade de uma produção estatística consistente sem que haja a reconstrução do IBGE e do sistema estatístico nacional. A ASSIBGE-SN reforça a necessidade de concurso público, orçamento e autonomia técnica para o IBGE visando a reconstrução da capacidade técnica e operacional do órgão. Sem essas condições elementares, aumenta o risco do Brasil sofrer um apagão estatístico que afetará o planejamento das políticas públicas e o conhecimento da realidade brasileira.

Confira nosso bate-bola com Toninho do DIAP sobre a defasagem salarial de 4 anos do funcionalismo público federal e os próximos passos e lutas que iremos seguir. A conversa surgiu com intuito de prolongar o diálogo sobre a carta de reivindicações que elaboramos junto ao FONASEFE e entregamos à equipe de transição.

### É possível o governo garantir um reajuste emergencial em 2023? Quais os caminhos?

Não apenas é possível, como certamente haverá reajuste em 2023, pois o PLOA reservou, apenas para os servidores do Poder Executivo, um montante de recursos da ordem de R\$11,85 bilhões, mais R\$ 3,5 bi numa reserva de contingência para o relator alocar na área de pessoal, além de as comissões terem aprovado emendas de interesse de categorias específicas.

Com esse montante é possível estender aos servidores do Poder Executivo o mesmo índice de 18% previsto para os servidores do Judiciários e do Ministério Público, naturalmente observando o calendário previsto para eles:

1ª parcela, de 5%, em abril de 2023: acumulado 5%;  
2ª parcela, de 4,25%, em agosto de 2023: acumulado 9,25%;  
3ª parcela, de 4,25%, em janeiro de 2024: acumulado 13,50%  
4ª parcela, de 4,5%, em julho de 2024: acumulado 18%.

O caminho para tanto é dialogar com o relator-geral do Orçamento, que só poderá usar esses recursos para outra finalidade em última hipótese, ou seja, no caso de a PEC da Transição não ser aprovada. E também dialogar com o governo de transição, não apenas para garantir revisão salarial em 2023, como também instalar, logo após a posse, a Mesa Permanente de negociação.

### Qual o estágio da PEC 32 no congresso e quais as chances dela ser votada ou arquivada?

Atualmente a PEC aguarda inclusão em pauta no Plenário da Câmara dos Deputados, pois já passou na Comissão de Constituição e Justiça e na Comissão Especial. Os riscos de votação

dessa PEC ainda na atual legislatura são baixos, pois o Presidente Lula não tem nenhum interesse em sua aprovação, já que afronta todos os princípios de administração e gestão pública que o seu governo defende.

O presidente da Câmara, deputado Arthur Lira (PP/AL) é o único interessado em sua aprovação, uma vez que busca apoio do mercado para renovar seu mandato à frente da Casa e para isto tem defendido uma agenda de reformas de cunho fiscal, entre elas a aprovação da reforma administrativa ainda na atual legislatura.

Porém, não será fácil para o presidente da Câmara conseguir aprovar a PEC contrariando as expectativas e interesses de um governo recém-eleito. Entretanto, caso venha a ser pautada, o que consideramos improvável, é perfeitamente possível trabalhar e obter êxito na exclusão de dois pontos centrais da reforma: a exclusão do dispositivo que autoriza terceirização de serviços, mediante convênio com entidades públicas e privadas, e a redução de jornada e salário.

Um das alternativas, já que certamente não será votada conclusivamente, seria o novo governo pedir a retirada de tramitação e seu consequente arquivamento, mas isto só ocorrerá se o governo solicitar e o plenário da Casa em que esteja tramitando autorizar.

### Quais os prejuízos a EC 103/2019 trouxe para os servidores? É possível sua revogação? Qual o custo político?

A reforma da previdência, materializada na Emenda Constitucional 103, trouxe enormes prejuízos aos servidores, tanto aos ativos quanto aos aposentados e pensionistas. Para os primeiros, aumentou a idade mínima, o tempo de contribui-

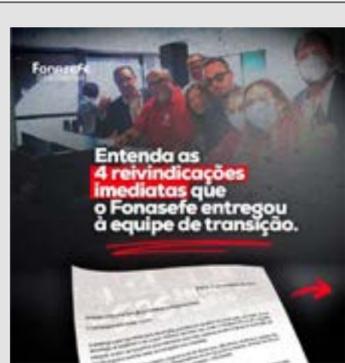


ção e o valor da contribuição, além de ter eliminado as regras de transição anteriores. Para os aposentados e pensionistas, além do aumento no valor da contribuição, autorizou os governos federal, estadual e municipal a reduzirem o limite de isenção da contribuição do teto do INSS para um salário-mínimo.

Dificilmente o novo governo terá condições de revogar essa reforma. O que deve ocorrer são mudanças pontuais, como na aposentadoria por invalidez, assim como deixar de colocar em prática a redução do limite de isenção nas contribuições dos aposentados e pensionistas do teto do INSS para um salário-mínimo. Mesmo com essas possíveis tímidas mudanças, os fiscalistas vão reagir. Mas é o mínimo que se espera do novo governo, considerando a perversidade das regras para aposentadoria por invalidez.

### Quais os efeitos da PEC do teto de gastos para estabilidade do governo? A ampliação do teto contempla o reajuste dos servidores?

Os efeitos são trágicos, porque o teto impede que os governos ampliem qualquer gasto, mesmo que seja para salvar vidas. Ou seja, se houver uma situação, como essa da Pandemia, que haja a necessidade de atender emer-



### Servidores protocolam carta de reivindicações à equipe de transição

O Fórum Nacional dos Servidores públicos federais (Fonasefe) protocolou uma Carta de reivindicações imediatas à equipe de transição do governo Federal.

A Carta traz 4 reivindicações imediatas, o reajuste emergencial linear com o índice de inflação acumulado nos 4 anos do governo Bolsonaro, o arquivamento da PEC 32, a revogação da Emenda Constitucional 103/2019 e a revogação da Emenda constitucional 95.

[Clique aqui para ler a carta de reivindicações na íntegra.](#)

gencialmente à população, só com a aprovação de uma PEC para permitir gastar além do teto. Isso é absolutamente inadequado e perverso. A prova é que esse teto já foi alterado quatro vezes só no governo Bolsonaro.

Quanto ao reajuste dos servidores, pelo menos no patamar da inflação, não depende do teto, já que o próprio teto é atualizado pela inflação passada. Assim, nesse período em que o governo deixou de reajustar o salário dos servidores houve uma transferência de renda dos servidores para outros credores do estado, especialmente os detentores de título da dívida pública.

## ASSIBGE dialoga com equipe de transição do novo governo

Buscando apresentar as pautas e necessidades dos trabalhadores do IBGE ao novo governo federal eleito, a ASSIBGE-Sindicato Nacional se reuniu por duas vezes, em novembro, com membros do gabinete de transição integrantes do grupo de trabalho de planejamento (área temática responsável pelo IBGE).

Nessas ocasiões, a ASSIBGE expôs tanto as necessidades urgentes – reajuste de trabalhadores efetivos e temporários e realização de novos concursos – como questões estruturais – fortalecimento institucional do IBGE, garantia de autonomia técnica e orçamentária, reestruturação da carreira, entre outros.

Os representantes do novo governo manifestaram compreender a importância estratégica do IBGE para a sociedade brasileira e a gravidade da situação atual do órgão. Afirmaram, porém, que não havia no momento possi-

bilidade de assumir compromissos, em função de não haver ainda um nome definido para o cargo de Ministro do Planejamento e pela existência de outros assuntos urgentes por solucionar – deixando aberto o canal de diálogo para continuarmos a pautar essas questões no futuro. Expressaram ainda preocupação com a situação do Censo Demográfico, que não deve se encerrar em 2022.

A ASSIBGE seguirá acompanhando a formação do novo governo e buscando soluções para os problemas que afetam o IBGE e seus trabalhadores

[Clique aqui para ler na íntegra a carta entregue para equipe de transição.](#)

## Arca divulga nota sobre eleições e oferece para colaborar no processo de transição

A ARCA, Fórum de entidades representativas de servidores de diversas carreiras públicas da administração direta e indireta, coletivo do qual a Assibge faz parte, que conhece os problemas e as virtudes, a importância dos serviços prestados e do potencial das instituições que compõem o Estado brasileiro cumprimenta o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva pela sua eleição em um dos momentos mais críticos da história do país e se coloca disponível para colaborar no processo de transição.

[Clique aqui e confira a nota completa no site.](#) Por lá também disponibilizamos o documento elaborado pelo coletivo "O BRASIL PODE MAIS: CAMINHOS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL", que serviu como subsídio programático ao debate eleitoral e traduz o entendimento e a visão plural sobre as diversas políticas setoriais em execução ou em discussão no Brasil. O documento foi lançado no dia 13 de junho.



# A importância dos dados Geostatísticos para a reconstrução do Brasil



Existe uma relação direta entre os dados e informações de uma sociedade e de um território com a construção e execução do poder estatal. Como defendeu o famoso geógrafo franco-suíço, Claude Raffestin, o Censo é poder! O Estado que detém informações estatísticas as usam para garantir o seu próprio poder, ou melhor, para garantir o poder de determinada classe social sobre as outras. Essa tese pode ser facilmente comprovada na história. Por sinal, não era obra do destino que “todos os caminhos levavam a Roma”, assim sendo, informações “geografizadas” sempre contribuíram com a dominação. Entretanto, o Brasil contemporâneo mostrou um contraponto a essa tese histórica. Nos últimos 7 anos, do golpe político/jurídico/midiático de 2016 ao apa-

gar das luzes do governo de extrema direita e de aspirações fascistas de Jair Bolsonaro, não produzir e deter dados e informações estatísticas também passou a ser uma forma de construção do poder. Nessa conjuntura, o apagão estatístico projetado com os diversos tipos de ataques aos órgãos estatísticos e institutos de pesquisa tentou destruir as possibilidades de compreendermos mais profundamente o Brasil e tentarmos transformá-lo. No governo de Jair Bolsonaro, não ter dados é poder. Não é por menos que, em um surto de sinceridade, o ministro Paulo Guedes defendeu a redução das perguntas do Censo Demográfico 2022, porque “se perguntar demais, vai descobrir coisas que não quer saber”.

É por esses tempos dramáticos que vivemos, e resistimos, que a retomada e revitalização dos institutos de pesquisa e órgãos estatísticos, sobretudo do IBGE (diga-se de passagem, foi a primeira instituição a ser atacada, em janeiro de 2019, pelo recém empossado presidente Bolsonaro), apresenta-se como condição para pensarmos e planejarmos a reconstrução do Brasil. Três posicionamentos são fundamentais e perpassam os dados geostatísticos.

A recomposição do quadro de servidores, técnicos e pesquisadores do IBGE é o primeiro passo. Sem a recomposição dos quadros do IBGE será muito difícil retomar e ampliar a produção de dados. Abertura de concurso público já! E que sejam concursos que abram as portas, mesmo com a pluralidade de formações acadêmicas possíveis, a entrada de profissionais capazes de realizar uma leitura territorial da sociedade e economia brasileira.

A defesa das duas principais bases estatísticas do IBGE: os censos Demográfico e Agropecuário. Os dois censos devem retornar aos trilhos, garantindo sua periodicidade, sua abrangência e seu cabedal de informações. Basta de cortes! Em uma sociedade que vem saindo de uma pandemia de forma destruída e de um governo federal destrutivo, a produção de dados ganha mais importância. Quais os impactos da pandemia? A crise econômica como consequência dos dois últimos governos produziu fome e desemprego, quais os impactos disso? São perguntas, dentre tantas outras, fundamentais para a reconstrução nacional. Esses dois grandes censos são as principais fontes de dados sobre a sociedade e o território brasileiro - que termine, de uma vez por todas, a tentativa de relativizá-lo e minimizá-lo!

O abandono da ideia de projeto nacional custou muito mais caro

do que a fermentada dívida pública ou qualquer crise fiscal e contenção orçamentária. O Brasil descarrilhou, ficou sem norte ou entregue ao Norte. A necessidade de um projeto nacional deve passar pela formação de um projeto de desenvolvimento territorial e sem informações geostatísticas é como trafegar no nevoeiro. Por isso, as informações que produzem leituras territoriais, que permitem mapear os problemas e questões nacionais, que vislumbrem a relação sociedade x natureza, matérias próprias dos geógrafos - mas não só deles - devem contribuir para a construção de formas mais justas e equânimes de ordenamento territorial; e por que não contribuir com formas de autonomia e emancipação de grupos sociais em suas frações territoriais? Em uma sociedade especializada e territorializada de forma tão desigual e injusta, que tipo de dado estatístico é importante? Aprofundar essa questão é condição para sairmos de um dos períodos mais dramáticos da história desse país.

**Se os dados produzem poder, que sejam para o poder popular!**

*Prof. Dr. Marco Antonio Mitidiero Junior  
Departamento de Geociências  
Universidade Federal da Paraíba*



# Virando a Chave: por uma transformação progressista e progressiva do Estado brasileiro

Após longo e tormentoso período de intenções autoritárias, negação de direitos e demais atentados à CF-1988, mormente o desmonte do Estado, das organizações e políticas públicas federais, chegou ao fim no Brasil o governo Bolsonaro, Guedes e cia. Infelizmente, no entanto, o malogro desse des-governo não foi apenas eleitoral. Ao fim desse tenebroso período, constata-se, como consequência direta da tentativa de destruição dos aparatos e institucionalidades de Estado, imensa fragilização político-institucional e um quase colapso das condições econômicas e sociais de vida para imensos contingentes populacionais e regiões do país.

Assim, diante desse quadro de terra arrasada é que desafios insanos se colocam para o recém-eleito governo Lula. Para enfrenta-los, praticamente tudo, em âmbito estatal, precisará passar ou por processos profundos e céleres de recriação/reconstrução, ou por processos igualmente profundos e céleres de inovação e experimentalismo institucional. Dentre esses, referimo-nos aqui a - cada vez mais imperiosa - necessidade de se conferir centralidade política e capacidade institucional a três funções estruturantes da administração pública federal: o planejamento estratégico governamental, a orçamentação e a gestão pública, sem o que o próprio processo de governar estará em risco no futuro governo Lula (2023/2026).

No que toca ao Planejamento Governamental, tem-se que os “sistemas” de planejamento federal e nacional estão completamente sucateados, tanto em termos de pessoal como - principalmente - em termos organizacionais (posição rebaixada e hiper subordinada na estrutura de governo) e institucionais (fragmentação e burocratização dos processos e precariedade das legislações pertinentes). Neste sentido, embora o ideal fosse recriar a estrutura de planejamento no âmbito da Presidência da República, contendo IBGE e IPEA, acreditamos que uma alternativa pode

ser a recriação do MPO. Este poderia cumprir de modo satisfatório as tarefas de: i) prospectar e planejar o longo prazo; ii) definir as prioridades orçamentárias por meio do PPA, LDO e LOA; iii) coordenar as agendas e programas federais de modo transversal e multissetorial; iv) promover inovações e efetividade no campo da articulação e realizações federativas e sociais junto ao planejamento federal; v) o mesmo no campo da coordenação e reativação pública das empresas estatais estratégicas; e vi) monitorar e avaliar de modo estratégico e tempestivo os programas federais.

Por sua vez, do ponto de vista da Governança Orçamentária, ao contrário do que o debate corrente sugere, o processo orçamentário é fenômeno complexo, multifacetado e dinâmico. Pode-se dizer que até 2015 havia preocupação governamental e tendências bem definidas no sentido de lhe conferir: i) maior flexibilidade alocativa ao gasto público real; ii) mais participação, transparência e representatividade - vale dizer: possibilidade de identificação - social e territorial do gasto (ainda que nem tanto em termos do processo decisório pretérito); e iii) maior robustez do ponto de vista macroeconômico, expressa pelos indicadores clássicos de fluxos e estoques.

Já de 2015 e 2016 até 2022 movimentos opostos aos narrados acima se afirmaram politicamente: i) aumento da rigidez e insuficiência orçamentária causada sobretudo pela EC 95/2016 do teto de gastos; ii) diminuição ou empobrecimento da participação, da transparência e da representatividade social e territorial do gasto; iii) maior empoderamento - de tipo antirrepublicano e antidemocrático - do poder legislativo a partir da implementação (com valores exacerbados) das emendas individuais impositivas e emendas secretas do relator; iv) piora da relação do orçamento federal com a dimensão macroeconômica, e sobrevalorização das formas financeiras/estereis de captura dos fluxos orçamentários correntes.



Por fim, no campo da Gestão Pública, ela está há muitos anos à deriva, sem uma concepção de Estado (republicano, democrático e desenvolvimentista) a partir da qual uma verdadeira reforma administrativa de índole progressista e transformadora pudesse ganhar espaço institucional para se desenvolver. Ao contrário disso, essa agenda foi fortemente dominada pelas más intenções da PEC 32/2020, que mais atrapalham que ajudaram a identificar os verdadeiros problemas histórico-estruturais do setor público brasileiro, a saber: o autoritarismo, o burocratismo, o privatismo, o fiscalismo e o corporativismo. Todos esses aspectos seriam exacerbados caso a PEC 32/2020 fosse aprovada, destruindo as bases constitucionais e institucionais necessárias à profissionalização da burocracia pública e à melhoria do desempenho agregado do setor público. Deste modo, é preciso ter claro que a gestão cotidiana e as transformações necessárias da máquina pública são tarefas de natureza contínua, coletiva e cumulativa.

Isso significa serem necessárias estruturas permanentes de Estado responsáveis por: i) práticas cotidianas de gestão dos aparatos e procedimentos de Estado; ii) práticas de inovação e modernização permanentes dos aparatos e rotinas de Estado; iii) o mesmo no campo da modernização tecnológica e governo digital; iv) o mesmo em relação à gestão pública do patrimônio governamental federal; v) o mesmo no âmbito das relações federativas e sociais necessárias à modernização permanente da gestão pública em níveis subnacionais; e vi) o mesmo relativamente à gestão de pessoas e às relações e condições de trabalho no setor público como um todo.

**O tempo urge!**

**Mãos à obra!**

*José Celso Cardoso Jr.  
Doutor em Economia pelo IE-Unicamp,  
Técnico de Planejamento e Pesquisa do  
IPEA, Presidente da Afipea-Sindical*



## Causos do IBGE

### Iniciação ou tentativa de cárcere?

Aos novatos no mundo do trabalho, é comum como “batismo” a imposição de tarefas indesejadas pelo grupo, uma espécie de desafio de iniciação. Assim, meu batismo se deu em um prédio muito popular em Copacabana, prédio que inspirou e foi tema de peça de teatro, salvo engano com 55 apartamentos por andar. Ali, entre 18 e 20 horas, o movimento visto no hall de elevadores, moradores entrando e saindo, era maior do que a maioria dos prédios comerciais que conheço, e o síndico afirmou na ocasião, “não há como saber o número exato de pessoas que moram aqui”. Nesse contexto fui iniciado, fiz algumas entrevistas com sucesso e tranquilidade, no entanto uma especialmente marcou aquele início.

Toquei a campainha do imóvel, sem demora e ainda com a porta fechada o morador perguntou quem eu era e o que queria, expliquei, então escutei o som de algumas chaves abrindo porta, de início entreabriu a porta e falou, “só dou as informações aqui dentro do apartamento!” No meu trabalho de campo sempre evitei adentrar no ambiente interno das residências, por respeito a privacidade do informante e para não perder o ritmo de trabalho com reminiscências.

Diante da exigência topei entrar no domicílio, QUE SUSTO! Em seguida a minha entrada o sujeito, olhando para todos os lados, como que para se certificar de que não havia entrado mais ninguém, bateu a porta e iniciou o rito de fechar quatro chaves de quatro lados, finalizando com uma pesada tranca de ferro atravessada na porta. Embora apreensivo, felizmente a entrevista transcorreu muito bem!

Ufa, fui aprovado em meu batismo!

### Não confie no roupão

Tempos passados, já com boa caminhada na estrada, com alguma habilidade para “abrir” domicílios fechados”, aqueles em que apesar de insistentes visitas, os agentes de coleta não conseguiram realizar a entrevista, muitas vezes por recusa, fui designado para “abrir” um apartamento em Botafogo, próximo à entrada do, então, Morro Santa Marta. Mais um susto, aliás, mais constrangido do que assustado.

Naquele antigo prédio, o apartamento tinha como visor uma portinhola retangular na horizontal, toquei a campainha do apartamento, sem demora, abriu-se a portinhola, expliquei que eu era e o que queria, uma voz feminina respondeu: “espera um pouco que eu acabei de sair do banho”; em pouco tempo a informante abriu a porta, era uma mulher jovem, vestida com roupão de banho, com os cabelos molhados com a água pingando. Ali em pé, diante da porta do apartamento, surpreso com a cena, realizei a entrevista. Ao final solicitei que ela autenticasse a entrevista e para escrever ela resolveu apoiar a pasta no joelho. Diante do que aconteceu ambos ficamos ruborizados, ao levantar o joelho, o roupão abriu totalmente, ela estava só de roupão! Embora também com a face rubra, ela calmamente amarrou o roupão, com tranquilidade se despediu e entrou no apartamento. Um momento inusitado em um dia incomum na rotina de coleta de dados.

Trabalhar nas ruas de uma cidade atribulada como o Rio de Janeiro, é recorrente encontrar situações difíceis, no entanto, a rotina das entrevistas é, em geral, previsível, tranquila, embora muitas vezes extenuante o caminhar nos dias de muito calor, com o asfalto meio derretido, molenga, nos horários de sol mais forte.

### Valendo mais do que ouro

E assim foi mais um dia de trabalho no escaldante verão carioca. Ao chegar ao domicílio selecionado foi necessária uma volta no entorno daquele enorme Parque, subir a Rua do Parque, que parecia mais longa e íngreme naquele dia quente, não foi fácil. Identificado na portaria, fui autorizado pela moradora a subir para entrevistá-la. Como protocolo de trabalho, evito entrar nos imóveis, aceitar café, água ou outra oferta, mas após aquela sacrificante caminhada até o domicílio sob o sol da tarde, diante do convite feito por aquela senhorinha, aceitei entrar, sentar um pouco e beber água.

A essa altura eu já era um pesquisador/entrevistador experiente, caçado por muitos sustos, situações e cenas inusitadas e, confesso, nesse caso fiquei petrificado: aquela simpática senhorinha fez uma cara meio sapeca e me perguntou, “Quer conhecer o meu tesouro?” sem saber o que falar, sentado eu estava e sentado continuei, a senhora caminhou até a janela da sala, descortinou, abriu as faces de vidro da referida janela e me chamou para ver, quanto alívio, surpresa e admiração, ela realmente tinha um tesouro que muitos tentaram comprar, oferecendo expressivas quantias de dinheiro, olhando pela janela daquele apartamento, como se fosse o quintal de casa, lá estava o belo e majestoso jardim da Quinta da Boa Vista e o importante Museu Nacional muito antes do incêndio.

Passado o susto, realizei a entrevista, me despedi da simpática senhora e até hoje guardo aquelas imagens maravilhosas em meu coração de véio aposentado.

\* Por **Mário de Oliveira**, contador de histórias, amante da vida, militante Ibgeano e aposentado.



Ilustração: Aline Carneiro

**Filie-se ao sindicato. Não há saídas individuais para problemas coletivos!**

**ASSIBGE-SINDICATO NACIONAL**

Av. Presidente Wilson, 210 - 8º andar - Rio de Janeiro/RJ - CEP: 20030-021 | (21) 3575-5757 | [www.assibge.org.br](http://www.assibge.org.br) | [assibge-sn@uol.com.br](mailto:assibge-sn@uol.com.br)

Jornal da ASSIBGE-SN | Jornalista responsável (redação/edição/revisão): Rayana Bartholo - 0020576/MG | Ed. visual: Isabelle Boaventura | Impressão: Colibri